

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.962 - RS (2019/0123325-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FABIO BOFF
ADVOGADO : PABLO GEORGES DEMOLINER - RS086097
AGRAVADO : PATRICIA BAUER
ADVOGADOS : GUILHERME SILVESTRE COMIN - RS067769
WAGNER DE FIGUEIRÓ CAMPOS - RS081638

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FABIO BOFF contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO RESPONSABILIDADE CIVIL AÇÃO
INDENIZATÓRIA DANOS MORAIS AGRESSÃO FÍSICA ENTRE
EX-CÔNJUGES COMPROVADA DANO MORAL CARACTERIZAÇÃO
APELAÇÃO DESPROVIDA (fls. 215).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 373, I, do CPC/2015, 844 e 944, ambos do CC, no que concerne à condenação por danos morais, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Ao confirmar a sentença do juízo *a quo*, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, não dá correta aplicação da Lei federal nº 10.406/2002, por permitir à aplicação de um dano moral inexistente e exorbitante que não condiz com as provas lançada nos autos, eis que restou provado a absolvição do recorrente na esfera criminal, bem como demonstrou pelos depoimento das testemunhas que não houve dano moral que impedisse da recorrida de seguir sua vida (fls. 234).

Quanto à segunda controvérsia, sustenta divergência jurisprudencial atinente ao *quantum* indenizatório arbitrado nos autos, colacionando, como arestos paradigmas, diversos precedentes do TJ/RS.

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de

prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Doutra banda, quanto à segunda controvérsia, aplica-se o óbice da Súmula n. 13/STJ, porquanto “a divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial”.

Destarte: “O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois não serve para a sua demonstração a colação de julgados proferidos pelo próprio Tribunal recorrido, conforme estabelece a Súmula 13 desta Corte” (AgInt no AREsp 1384502/MT, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 21/3/2019, DJe de 2/4/2019).

A propósito: EREsp 147.339/SP, relator Ministro Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 29/6/2005, DJ de 29/8/2005, p. 135; AgRg no REsp 1779992/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 12/2/2019, DJe de 19/2/2019.

Outrossim, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, eis que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Em consonância, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio

Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente